

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO DO BRASIL REPÚBLICA E AS IMPLICAÇÕES SOBRE O AGRONEGÓCIO, A AGRICULTURA FAMILIAR E A SEGURANÇA ALIMENTAR NACIONAL

DEVELOPMENT CYCLES OF BRAZIL REPUBLIC AND THE IMPLICATIONS FOR AGRIBUSINESS, FAMILY FARMING AND NATIONAL FOOD SECURITY

Renato de Carvalho Lopes

Doutorando do Programa de Pós Graduação de Ciência, Sociedade e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGCTS – UFSCar). Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF).

E-mail: renato.lopes@emater.df.gov.br

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

Professor de Extensão Rural do Departamento de Economia Rural no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (PPGER-UFV)

E-mail: marcelo.romarco@ufv.br

Luís Fernando Soares Zuin

Professor do Departamento de Engenharia de Biosistemas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA-USP).

E-mail: lfzuin@usp.br

Grupo de Trabalho (GT): << GT 7. Desenvolvimento rural, territorial e regional >>

Resumo

O artigo tem o objetivo de discutir parte dos caminhos percorridos pelas políticas de desenvolvimento no Brasil em suas perspectivas socioeconômicas, dialogando com movimentos históricos do último século que trataram de temas como o paradigma da modernização conservadora da agricultura, as complexas questões sociais que envolvem o chamado “agronegócio”, o grave problema social da insegurança alimentar no país, e ainda, as lutas travadas pela agricultura de bases familiares ao longo dos anos e sua reivindicação pelo direito à terra e a políticas públicas. O presente texto também traz considerações atuais acerca do recente e grave período da Pandemia de Covid-19, discutindo a dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar no que se refere à produção de alimentos e à segurança alimentar da população brasileira. Como metodologia empregada para fomentar o presente debate, realizou-se uma revisão de literatura sobre o processo histórico da questão agrária, dos ciclos de desenvolvimento ocorridos na história do Brasil república e das recentes mudanças ideológicas da política do país, juntamente com dados sobre a produção e a escassez de alimentos no cenário nacional durante a Pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Ciclos de Desenvolvimento; Agronegócio; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar

Abstract

The article aims to discuss part of the paths taken by development policies in Brazil in their socioeconomic perspectives, dialoguing with historical movements of the last century that dealt with themes such as the paradigm of the conservative modernization of agriculture, the complex social issues that involve the so-called “agribusiness”, the serious social problem of food insecurity in the country, as well as the struggles waged by family-based agriculture over the years and its claim for the right to land and public policies. This text also brings considerations about the recent and serious period of the Covid-19 Pandemic, discussing the dichotomy between agribusiness and family farming with regard to food production and food security for the Brazilian population. As a methodology used to foster the present debate, a literature review was carried out on the historical process of the agrarian question, the development cycles that occurred in the history of Brazil as a republic and the recent ideological changes in the country's politics, together with data on the production and food shortages on the national stage during the Covid-19 Pandemic.

Key words: *Development Cycles; Agribusiness; Family farming; Food Safety*

1. Introdução

O emprego da palavra “desenvolvimento” no cotidiano acadêmico ou político é vinculado a distintos conceitos que dependem do contexto e da finalidade que lhes são conferidas. A polissemia do termo, portanto, remete-se a diferentes significados e abordagens a partir de concepções humanas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas.

Historicamente atrelado ao crescimento econômico e ao acúmulo de capital pelas nações, a ideia de um desenvolvimento estritamente relacionado à evolução de mercado e de consumo tem sido contestada, especialmente, devido a geração de desigualdades e exclusão social com concentração de riqueza e renda, o que não tem permitido que os cidadãos de regiões mais empobrecidas do planeta tenham garantidos os seus direitos civis e políticos, os direitos à educação, à saúde à moradia, à alimentação etc. (SACHS, 2008).

Diante da multidimensionalidade do termo “desenvolvimento”, há de ser considerado que parte das nações ditas “subdesenvolvidas” ou “menos desenvolvidas” ou “em desenvolvimento”, o crescimento econômico e as políticas de garantias dos direitos sociais podem, inclusive, seguir de lados opostos. Para Sachs (2008), o desenvolvimento precisa ser percebido para além da multiplicação de riquezas materiais, mas como um instrumento para buscar reequilibrar os distúrbios sociais e ambientais decorrentes do capitalismo a partir de políticas de inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nas áreas urbanas e rurais.

Em busca de uma análise histórica de recorte pontual, o debate sobre desenvolvimento que se propõe neste artigo refere-se às suas dimensões políticas, econômicas e sociais com base nas conversões e contradições encontradas no espaço rural brasileiro, em diálogo com uma síntese das conjunturas que ditaram políticas de desenvolvimento desde o início do século XX, no período denominado de pré-Estado Novo, chegando aos dias atuais com a trágica pandemia de Covid-19, que tem afetado e ampliado o abismo social entre classes no Brasil e no mundo.

Neste cenário, coloca-se em pauta as questões agrárias, fundiárias e produtivas que proponham refletir sobre o que Abramovay (2017) ponderou ser a “enorme crueldade” de o ser humano não ter saciado seu instinto tão básico quanto respirar: a fome. Busca-se ainda tratar do contrassenso, histórico e atual, entre a abundância da produção agropecuária e a escassez de comida no prato das famílias brasileiras, partindo da constatação de que um dos países que mais produzem alimentos no mundo, chega em um momento calamitoso de um surto viral mundial com mais da metade de sua população em situação de insegurança nutricional e alimentar.

2. Metodologia

Para Koche (2016), as pesquisas bibliográficas devem se atentar ao objetivo de analisar e interpretar os diferentes aportes teóricos já devidamente construídos por outros autores, desenvolvendo-se a partir desse conhecimento prévio as suas estratégias para buscar solucionar um determinado problema de pesquisa. Galvão (2010) também afirma que um levantamento bibliográfico permite se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para procurar outros olhares sobre as pesquisas.

Logo, com a pretensão de discutir os ciclos de desenvolvimento do Brasil república e as interferências do Estado nas interrelações socioeconômicas dos espaços rurais que vem permitindo as discrepâncias entre o agronegócio e a agricultura familiar, optou-se por trazer uma metodologia de revisão de literatura que aborda esta temática na perspectiva de autores que discutem as ocorrências do último século sobre o cenário político dos ciclos de

desenvolvimento do país, assim como as contradições da questão agrária brasileira e suas distorções sociais, fundiárias e produtivas.

3. Ciclos de desenvolvimento no Brasil República: coalizões, privilégios, desigualdades e lutas nos espaços rurais

Para abordar a temática do desenvolvimento com enfoque nas dicotomias e contradições do espaço rural brasileiro, opta-se inicialmente em debater concepções neste mote que são apresentadas pelo Professor Arilson Favareto (2017), que tratam dos ciclos de desenvolvimento que se sucederam no país no último século sob a ótica das disputas do capitalismo brasileiro e as desigualdades e conflitos sociais a ele historicamente inerentes.

Como referencial teórico para fundamentar suas argumentações, Favareto (2017) apresenta algumas percepções sobre o livro “*Violence and social order*” do economista norte-americano Douglass North (2009), e enfatiza de antemão que o autor faz a seguinte indagação nesta obra: Quais os fatores políticos que levam somente alguns países no mundo a combinar três fatores importantes que os categorizam como desenvolvidos: a) baixo índice de desigualdade social, b) crescimento econômico não muito elevado, porém contínuo por longo tempo, e c) a estabilidade democrática com instituições sólidas?

Dialogando com North (2009), Favareto (2017) discorre sobre esses três fatores e sublinha que parte desse equilíbrio encontrado em países ditos desenvolvidos, como alguns do norte europeu (Noruega, Dinamarca, Suíça etc.), deve-se ao fato de que, nesses lugares, durante grandes períodos de tempo desde o início do século XX, o Estado tem sido governado por coalizões amplas de interesses diversos. Como são diferentes setores da sociedade que participam da coalizão, eles impedem que alguns setores específicos se apropriem de tudo que o Estado teria a oferecer.

Os elevados níveis de desigualdade social não seriam bem tolerados nesses países e, logo, os ativos capitais são melhores distribuídos. North (2009) frisou em sua obra que como esses locais se apresentam como democracias relativamente estáveis e com instituições fortalecidas, se o Estado começar a pender para um só lado da sociedade, o processo democrático tende a reequilibrar o jogo, corrigindo a balança.

Em sua análise, Favareto (2017) explica que os países ricos do norte europeu também produzem agendas neoliberais que enfraquecem o Estado e marginalizam parte de sua população em vários momentos. Todavia, com a formação histórica de coalizões governando, esse processo, ao longo do tempo, tende a encolher gradativamente essas agendas.

Dialogando com os entendimentos de Douglas North (2009) referentes a coligação de atores sociais que sustentam a agenda do Estado em alguns países ditos desenvolvidos, Favareto (2017) também projetou ao debate o ponto de vista de outro economista, o professor brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira. O autor partiu da obra “A construção política do Brasil”, onde Bresser-Pereira (2015), dentre outros assuntos, apresenta e analisa os ciclos de desenvolvimento que ocorreram no Brasil no último século, sublinhando três momentos relevantes para compreensão deste processo no país e trazendo o contexto rural de cada época. O economista brasileiro sustenta na sua publicação que o desenvolvimento com enfoque socioeconômico das nações passa historicamente por uma coalizão de interesses entre as distintas classes sociais para garantir interesses mais amplos do Estado e do capital.

3.1 Ciclo “Nação e Desenvolvimento”

Como ponto de partida para uma análise histórica do último século, Favareto (2017) destaca o período que tem origem no início da era Vargas (1930 a 1945) e que foi denominado



por Bresser-Pereira (2015) de ciclo “Nação e Desenvolvimento”, onde as tradicionais oligarquias agrárias são colocadas em um segundo plano e se começa a privilegiar setores da burguesia que pretendia se industrializar. Além do apoio a elite fabril, esse período é marcado por um forte apelo à política populista que dá início a implementação de certos direitos trabalhistas e cidadania.

No contexto socioeconômico e produtivo dos espaços rurais brasileiros dessa época, o que se tinha era de um lado os grandes latifúndios exportadores de café, algodão e cana de açúcar, e de outro lado, os moradores, trabalhadores rurais e pequenos agricultores num cenário de baixa produção de alimentos e elevado índices de pobreza.

Sob a influência e controle dos Estados Unidos da América (EUA), na década de 1940 surge no Brasil as incipientes propostas de intervenção no campo a partir da extensão rural, que tinham inicialmente uma concepção de “missão civilizadora” do meio rural brasileiro, com a intensão de promover melhores condições de vida para as populações rurais mais carentes, levando informações sobre saúde e técnicas cultivo mais estruturadas (FONSECA, 1985).

Sobre as questões sociais relacionados à segurança alimentar da época, Sipioni *et al.* (2020) afirmam que a fome era um problema tratado pelo Estado como algo natural até meados da década de 1940, considerando que sua ocorrência se devia a infortúnios temporais, sina dos mais empobrecidos ou qualquer outro fato extranatural que fosse alheia as intervenções humanas.

Segundo os autores, um marco importante para compreensão da questão da fome como fenômeno social e econômico no Brasil se deu a partir do lançamento do livro “Geografia da Fome” em 1946 do médico, professor, geógrafo e cientista social Josué de Castro. Nesta obra, Josué de Castro dedica-se a desnudar o processo histórico da fome e seus efeitos e consequências políticas nas diferentes regiões do Brasil, demonstrando que a estrutura colonial do país, o seu passado escravagista e a manutenção dos privilégios das elites agrárias são fatores inerentes à miséria e desigualdade social.

Longe de qualquer intervenção que visasse a inclusão social de forma efetiva no campo, algumas iniciativas do governo Vargas contribuíram para dar um pouco de alento aos moradores e trabalhadores rurais, o que posteriormente favoreceu a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (CASTRO, 2019). Consta, no entanto, que o favorecimento da industrialização nesta época amplia a atração desta população pelas cidades, provocando o aumento do êxodo rural.

Esse ciclo nomeado como “Nação e Desenvolvimento”, segundo as análises de Favareto (2017) sobre as reflexões de Bresser-Pereira (2015), se finalizaria próximo ao ano de 1964, quando se verifica uma maior dificuldade em manter a conciliação dos interesses e privilégios dos setores agrários e industriais junto aos interesses populares que clamavam por melhor distribuição de ativos públicos. Um exemplo disso seria as reformas de base, que o então presidente João Goulart pretendia pautar, entre elas, a reforma agrária. Dessa forma, quando houve a pretensão de mexer nos arranjos de propriedade/patrimônio num Estado marcado historicamente pelo patrimonialismo, vem a forte reação das elites agrária e industrial com um golpe militar em 1964.

3.2. Ciclo “Autoritário Modernizante”

Com golpe militar, de acordo com Favareto (2017), entra em cena o segundo ciclo chamado por Bresser-Pereira (2015) de “Autoritário Modernizante”. A partir desse momento, são mantidos os projetos e ideais de industrialização e modernização das décadas anteriores, porém excluindo os interesses do povo em geral dessa coalizão e recolocando as velhas oligarquias agrárias à frente do processo, transformando-os em “modernos produtores rurais”.



Esse período está sob influência pelo contexto mundial de modernização da agricultura com o advento da chamada Revolução Verde, onde o Estado brasileiro passa a fomentar inovações tecnológicas, criando centros de pesquisas agropecuárias (exemplo da Embrapa); fornecendo de créditos atrativos e assistência técnica que pudesse proporcionar o melhoramento nos índices de produção, especialmente nas fazendas exportadoras de *commodities*. No rol de inovações decorrentes da Revolução Verde estão a produção de insumos químicos para maior fertilidade e correção do solo, agrotóxicos para controle de pragas e doenças e máquinas agrícolas que proporcionaram maior dinamismo e precisão ao setor agrícola (FONSECA, 1985). Contudo, a modernização agrícola que permitiu a elevação na produção e na produtividade agropecuárias de forma até então impensadas no planeta, não solucionou os problemas sociais relativos à pobreza e fome nos países empobrecidos.

Além disso, a mecanização desmedida, o uso desenfreado de agrotóxicos e a pressão para a expansão das fronteiras agrícolas, têm levado ao aumento de danos socioambientais nas últimas décadas, promovendo destruição dos biomas nacionais, contaminando solo, água e ar, e expulsando famílias agricultoras de suas terras. Concomitantemente, destaca-se ainda a histórica concentração fundiária, que data desde a chegada dos colonizadores portugueses com as capitanias hereditárias e suas sesmarias, alcançando aos modernos e criminosos mecanismos de especulação, grilagem de terras e expulsão de camponeses, colocam o Brasil como um dos países com maior desigualdade social do mundo (OXFAM, 2019).

Tratando do percurso histórico da concentração fundiária no Brasil, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) discorreu sobre a secular aliança entre o capital e a terra que se apresenta no país, desvelando as desigualdades e contradições presentes no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e destacando que as reivindicações das classes empobrecidas que ocupam os espaços rurais [...] está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social [...]” (OLIVEIRA, 2001, p.185).

Oliveira (2001) relata que a trajetória de exclusão e empobrecimento dos moradores, trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores representados pelos povos tradicionais e demais populações conectadas à questão agrária, tem ocorrido de forma quase sempre interligada ao pacto secular feito entre a elite agrária burguesa e a política. O autor também frisa que no período da ditadura militar, houve um rearranjo socioeconômicos e político dos atores que controlavam a máquina estatal. Dessa maneira, ocorreu uma repactuação territorial, levando a elite industrial burguesa juntamente com os latifundiários ao centro do domínio da terra.

Prieto (2017) vai além ao relatar que durante o período da ditadura militar brasileira, uma grande quantidade de terras públicas foi apropriada de forma irregular (grilagem), não somente pela elite agrária que expandia seus latifúndios, mas também pela burguesia industrial que recebia a sua parte no acordo com os organizadores do golpe cívico-militar de 1964. Todavia, mesmo diante de uma ditadura militar que censurava e torturava, perseguindo duramente indivíduos e organizações que lutavam por liberdade e acesso à direitos básicos, seguiram também acontecendo as reivindicações e as lutas historicamente travadas pelos moradores e trabalhadores rurais, pequenos agricultores, povos tradicionais e originários e pelas suas entidades representantes e movimentos sociais, que demandavam, dentre outras questões, por direitos ao acesso, uso e domínio da terra, e por políticas públicas que garantissem melhores condições de vida no espaço rural.

No aspecto do combate à miséria e à fome durante o período de ditadura militar, mesmo com o crescimento da produção agrícola encabeçada pela Revolução Verde, o problema seguiu acometendo parte considerável da população brasileira, como mostrou o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) realizado pelo IBGE em 1975. A pesquisa apontou que 62,7% das

famílias brasileiras tinham deficiência na ingestão de calorias em sua alimentação, sendo que 40% do total apresentavam-se em “penúria alimentar” (LEME, 2014).

Ao contrário do que se propagava que a insegurança alimentar era questão de ignorância da população brasileira, ao se comparar os dados nutricionais com a renda das pessoas, constatou-se que a causa era principalmente a situação de miséria enfrentado pelas famílias. No entanto, segundo Alvim (2016), os dados não eram amplamente divulgados, já que notícias de fome e miséria em meio ao “milagre econômico” não era bem visto pelos militares.

Em suma, retomando a análise de Favareto (2017), o autor esclarece que a fase chamada por Bresser-Pereira (2015) de ciclo “Autoritário Modernizante” duraria até meados da década de 1980, quando surge, dentre outras questões, uma crise de financiamento do sistema capitalista internacional, sendo reflexo da crise do petróleo e dos anos do neoliberalismo do período militar. A partir disso, nos anos iniciais que marcam a redemocratização do país após, ao menos em tese, com saída dos militares do poder em 1985, dá-se o início simbólico do terceiro ciclo de desenvolvimento do país intitulado de “Cidadania e Desenvolvimento”.

3.3. Ciclo “Cidadania e Desenvolvimento”

Destaca-se que, sob a pressão interna das elites industrial e agrária, e externa, exercida pelos países importadores de *commodities*, uma forte agenda neoliberal é fortalecida neste meado da década de 1980, modernizando a economia brasileira e promovendo uma série de privatizações.

No entanto, paralelo a isso, a sociedade brasileira e parte da classe intelectual, artística e política seguiam promovendo importantes debates sobre cidadania e combate às desigualdades sociais que sempre assolaram o Brasil e a América latina. Com a ampla mobilização popular que clamava pelo retorno das eleições diretas no país (“Diretas Já”) após os 21 anos de ditadura, as alianças e acordos políticos possibilitaram a convocação de uma assembleia nacional constituinte, que culminou na Constituição Federal (CF) de 1988. No que se refere a questão agrária, nota-se que a intensificação das pressões da sociedade sobre o governo no início da década de 1980 em relação aos direitos sobre a terra e ao combate à pobreza no campo, fizeram que a constituinte de 1988 reconhecesse, ao menos na teoria, a função social da terra, apresentando o seguinte texto na carta:

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I- aproveitamento racional e adequado; II- utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Logo, percebe-se que, de acordo com a CF/88, as propriedades rurais que não cumpram a sua função social podem sofrer diferentes sanções e até mesmo serem desapropriadas, como consta:

Art. 184 - Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. [...] (BRASIL, 1988).

Mesmo perante ao amparo legal da Constituição Federal trata as questões sobre desapropriação das terras em caso do descumprimento de sua função social, para Medeiro



(2017), essas desapropriações para fins de reforma agrária raramente de fato ocorreram nos moldes legalmente previstos, sendo usadas apenas como subterfúgios dos governos para reduzir as tensões e os conflitos agrários, e defender os interesses das oligarquias rurais.

A crise econômica de meados da década de 1980 ampliou os movimentos migratórios do Norte para ao Sul, do campo para a cidade, com famílias rurais trabalhadoras buscando melhores condições de vida. Após a redemocratização, Vasconcelos (2004) relata algumas estratégias de combate à fome fora do âmbito Estatal, onde grupos de intelectuais, especialmente os ligados à igreja católica e movimentos sociais, se organizaram em ações conjuntas. Isso também contribuiu para que a Constituição Federal de 1988, amplie os debates sob o lema “Alimentação como direito de todos e dever do Estado” (VASCONCELOS, 2004, p. 261).

O mesmo autor afirma que as políticas neoliberais do governo do presidente Fernando Collor (1990 a 1992) reduziram significativamente os recursos para programas sociais. Nessa época destaca-se o movimento “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” encabeçado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) que buscava chamar a atenção da sociedade brasileira pela urgência de se combater as desigualdades socioeconômicas do país.

Nessa sequência de fatos, Favareto (2017) se atenta para a estabilidade econômica ocorrida em meados da década de 1990 com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), que, juntamente a uma maior participação de grupos progressistas na esfera política a partir da década de 2000, assim como um cenário internacional fortemente favorável para crescimento da exportação de matérias-primas e *commodities*, propiciou, dentre outros fatores, uma ampliação da “agenda social desenvolvimentista” e a inclusão de camadas mais pobres da população no mercado consumidor. Ressalta-se que parte dessa agenda tem relação com proposições político-ideológicas dos governos ditos progressistas que ascenderam ao poder a partir de 2003, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003 a 2010).

Das intervenções estatais no âmbito de combate à fome e a miséria no início da década de 2000 com o governo Lula, cabe mencionar o “Programa Fome Zero”, com o objetivo de erradicar a fome garantindo o direito básico à alimentação a cerca de 27,8% a população brasileira que vivia à época em situação de insegurança alimentar (TOMAZINI, LEITE, 2016); e também o programa “Bolsa Família”, uma iniciativa que unificou e ampliou outros programas sociais de governos passados, transferindo renda mensal às famílias mais carentes do país (OSÓRIO, SOARES, 2014). Essas ações contribuíram para retirar o Brasil do “mapa da fome” em 2014, divulgado Organização das Nações Unidas (ONU), quando o país conseguiu reduzir para menos de 5% a quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza (SANTOS, 2021).

No que tange a agricultura de pequena e média escalas, a partir de 2003, ampliaram-se os recursos financeiros destinados à assistência técnica e aos créditos subsidiados para essa categoria, que estavam escassos desde a década de 1990 (DIESEL *et al.*, 2015). Entra também em pauta um amplo debate sobre a construção de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) que procurou beneficiar prioritariamente a agricultura de base familiar.

Favareto (2017) faz alusão à essa inserção “periférica” da agricultura familiar na agenda do Estado brasileiro que ocorreu nos anos 2000. Para ele, houve um certo acomodamento dessa categoria e seus representantes no momento que começam a fazer parte da coalizão governista, com a chegada da esquerda ao poder. Com isso, pouco se obteve de progresso para o setor nesse período, já que questões fundamentais referentes aos bloqueios históricos da formação do Brasil, à base produtiva do país, e aos atores da coalizão patrimonialistas, não foram debatidas e superadas pelos governos ditos progressistas.



Outro ponto verificado nesta fase relaciona-se à pauta da reforma agrária, que o governo Lula apontava um forte alinhamento antes de chegar ao poder em 2003. Levantando o debate político e sociológico em torno da reforma agrária neste período, Sabourin (2008) sinaliza que, no confronto entre os grupos sociais que possuem interesse pela posse e pelo domínio da terra, são sempre as oligarquias fundiárias que tem ditado sua pauta no Brasil.

Em sua análise sobre os ciclos de desenvolvimento, Favareto (2017) indica que a intensa entrada de capital externo no país em meados da década de 2000 passa a apresentar um custo muito elevado para a classe trabalhadora e para a população em geral. Além disso, crises financeiras internacionais desencadeadas já no final da mesma década, aliadas a um cenário de instabilidade política interna no início da década de 2010, resultam no esgotamento desse ciclo que Bresser-Pereira (2015) denominou de “Cidadania e Desenvolvimento”, que se finda próximo aos anos de 2013/2014, já no governo da presidente Dilma Rousseff (PT), correligionária e sucessora de Lula.

Examinando as subsequentes movimentações jurídicas e políticas que ocorreram no país, para Favareto (2017), os rearranjos socioeconômicos e políticos propiciaram uma retomada mais evidente de poder pelas elites agrária e industrial, que resultou novamente numa quebra do pacto de coalizão que incluía, ainda de maneira superficial e efêmera, os representantes de setores populares na agenda política nacional.

Neste contexto, mesmo com a ampla coalizão formada em torno do governo da época e tendo que ceder muito pouco para continuar mantendo essa agenda progressista, os setores burgueses industriais e agrários, percebendo que poderiam ter de abrir mão de mais espaço e ativos do Estado, resolveram desembarcar e bancar um golpe, mas desta vez sem tanque na rua, mas com um “pato”¹.

Para Favareto (2017), enquanto estavam todos ganhando, as elites manteriam o pacto, mas quando começam a ter que perder privilégios, o pouco que seja, preferem retomar o poder. Dessa maneira, os setores vão deixando a coalizão e desembarcando aos poucos, começando pelas classes médias, que foram quem mais tiveram que abrir mão nesse período citado, depois o setor financeiro, logo após, foi o setor industrial, que exigia subsídios e controle de tarifas por parte do governo, e por fim, o agronegócio, que era o setor que menos (em tese) dependia diretamente do Estado brasileiro, mesmo sendo bastante beneficiado pelos governos de Lula e Dilma.

4. Governo Bolsonaro: desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar, Pandemia de Covid-19 e a insegurança alimentar da população brasileira

A partir de uma série de manobras políticas e jurídicas, e sob acusação de pedaladas fiscais e improbidade administrativa, um controverso processo de impeachment da presente Dilma Rousseff que se iniciou em dezembro de 2015, encerrou-se em agosto de 2016 e levou ao poder do executivo nacional o seu vice, Michel Temer (NETO *et al.*, 2019).

Como discutido, o agronegócio foi fartamente beneficiado pelas políticas de subsídio dos governos Lula e Dilma, e mantiveram-se alinhados ao pacto pela governança. Entretanto, Sabourin (2018), assim como Favareto (2017), analisou que a partir de 2012/2013, essa aliança entre governos e movimentos sociais ligados à luta pela terra sofreu considerável “perda de

¹ Em 2015, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp - se posicionou a favor do impeachment da então presidente da república, Dilma Rousseff (PT). A entidade lançou campanha “chega de pagar o pato”, que protestava contra a elevada carga de imposto, levando um pato inflável gigante à sua sede, na avenida Paulista. O pato foi então usado de maneira simbólica por parte da população nas movimentações de impedimento da presidente.

espaço, recursos, força e legitimidade” (SABOURIN, 2018, p.02) e isso tem levado a paulatina desconstrução das políticas específicas para o meio rural e para agricultura familiar.

E nessa circunstâncias que desconstruções sociais e produtivas que têm sido percebidas e debatidas diante de um processo histórico onde as elites agrárias e industriais sempre procuram manter os seus privilégios em detrimento dos pequenos e médios agricultores e suas famílias, cabe discutir parte das mudanças na direção tomadas pelas políticas públicas, de modo especial às ligadas aos sujeitos e coletivos que se relacionam ao meio rural, após a guinada ideológica que se apresentou desde a contestada ascensão de Michel Temer até a eleição de Jair Bolsonaro.

Essa “guinada ideológica”, no entanto, tem corrido em amplo sentido na política nacional. Dibai (2018) destaca que o radicalismo de direita tem avançado no mundo todo e que, apesar desse movimento ter caráter global, as proposituras e práticas políticas da extrema direita distinguem-se de acordo com o contexto histórico e cultural de cada país. A autora relata que no início da década de 2010, os políticos identificados com as ideologias da extrema direita têm utilizado a estratégia de se apresentarem como “diferentes” e descolados dos políticos tradicionais, buscando enaltecer suas (questionáveis) qualidades morais e combatentes da corrupção, além de se apegarem a questões relativas à migração e segurança.

Foi nesta conjuntura global e local que Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em 2018. O chefe do executivo é um capitão reformado do exército brasileiro que atuou como deputado federal de forma inexpressiva por quase 30 anos, quando aprovou apenas dois projetos nesse longo período. Sua trajetória política se destacou por enaltecer e defender o cruel período de mais de duas décadas de ditadura militar no país e a exaltação e admiração de militares devidamente reconhecidos e julgados como torturadores durante o referido regime (DIBAI, 2018).

Representantes do governo federal eleito em 2018, frequentemente emitiam, desde a campanha eleitoral para presidência, constantes declarações contra a política de reforma agrária, contra demarcação de terras indígenas e quilombolas e contra políticas relacionadas à agricultura familiar de modo geral. Logo na primeira semana de governo eleito, veículos de imprensa trouxeram informações a respeito da paralisação de políticas relacionadas a demarcação de territórios de povos tradicionais.

Dentre as muitas medidas do governo Bolsonaro que impactaram nos sistemas de produção e reprodução social das famílias agricultoras, ferindo especialmente os direitos básicos da população em relação ao acesso à alimentação, cita-se que em seu primeiro dia de mandato foi extinto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O Conselho foi instituído em 1993, sendo considerado um importante instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na formulação de propostas para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira (IPEA, 2019). Mesmo sob protestos e mobilização da sociedade civil, o Congresso Nacional não reverteu o processo de desativação do Conselho (IDEC, 2019).

Cabe também ressaltar a ofensiva lançada pelo governo Bolsonaro contra o “Guia Alimentar para a população brasileira”. O Guia foi lançado em 2014 pelo Ministério da Saúde (MS) e consta como um documento técnico e científico que busca orientar a população para uma alimentação e nutrição mais saudáveis, e por consequência, alcançar a redução de enfermidades, principalmente doenças crônicas (BRASIL, 2014).

O documento do MS, que tem sido uma referência para diversos outros países e que foi considerado um dos mais abrangentes do mundo por um estudo norte-americano (AHMED, 2019), teve seu conteúdo contestado pelo Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento (MAPA) numa nota técnica (NT nº 42/2020), onde refutou-se o conceito e a classificação de alimentos ultraprocessados e recomendou-se sua “revisão urgente”.

Constatou-se ainda medidas do governo Bolsonaro que provocaram redução drástica em investimentos públicos para produção de alimentos, crédito para pequenos agricultores, compras institucionais de comida para populações vulnerabilizadas e para merenda escolar, que junto às citadas anteriormente, colaboraram diretamente para o retorno do Brasil a mapa da Fome em 2021.

No contexto sociopolítico global, cabe ainda destacar a Pandemia do novo coronavírus (Sars-coV-2) causador do Covid-19, que foi considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a maior crise sanitária mundial de nossa época. Iniciou-se em 2019 na China e chegou ao Brasil em fevereiro de 2020 (AQUINO *et al.*, 2020; BEZERRA *et al.*, 2020). Dados de dezembro de 2022 mostram que a doença já infectou cerca de 36 milhões de brasileiros, tendo causado a morte de cerca de 692 mil pessoas no país (BRASIL, 2022).

E são muitos os impactos sociais e econômicos, tanto nas áreas urbanas quanto nos espaços rurais, que levaram ao aumento do desemprego, da miséria e da fome. Contudo, um setor que não apenas se manteve incólume, mas também aumentou seus rendimentos foi o agronegócio brasileiro, que seguiu batendo seus recordes de produção e produtividade. De acordo com o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sobre a safra de grãos de 2020/2021, foi estimado um aumento de 5,7% em relação a 2019/2020, chegando a atingir 271,7 milhões de toneladas produzidas (CONAB, 2021).

Tratando sobre a temática da produção agrícola durante a Pandemia de Covid-19, um estudo publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) no primeiro semestre de 2021 com o título de “O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas” inicia seus argumentos dizendo que “[...] o Brasil, além de alimentar adequadamente sua população de 212,235 milhões de pessoas, está se tornando importante supridor de alimentos para o mundo” (CONTINI; ARAGÃO, 2021. p. 01). O uso da palavra “adequadamente” não é claramente explicado no artigo.

A publicação, que foi amplamente divulgada em sítios eletrônicos do governo federal e pela imprensa especializada nacional, apresenta então os vultuosos números do agronegócio que tornam o país, atualmente, o quarto maior produtor e o segundo maior exportador mundial de grãos, assim como o maior exportador de proteína animal do planeta (EMBRAPA, 2021).

Em contraponto ao celebrado recorde de produção de grãos e ao estudo da Embrapa que indicou o Brasil supostamente fornecendo alimento para mais de 10% da população mundial, numa contradição que é intrínseca ao modo de produção capitalista, outra pesquisa relevante realizada nos meses de novembro e dezembro de 2020 demonstrou que a Pandemia de Covid-19 afetou de forma significativa a alimentação da população brasileira.

O estudo que foi realizado por um grupo de pesquisadores alemães da Universidade Livre de Berlim em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Brasília (UnB) destacou que cerca de 59% dos domicílios brasileiros encontravam-se em algum nível de insegurança alimentar no decorrer do surto mundial até aquele momento (GALINDO *et al.*, 2021).

Constatou-se que 31,7% das famílias encontravam-se em insegurança alimentar leve, ou seja, quando o acesso aos alimentos é incerto ou em qualidade inadequada pelo fato de as famílias terem que decidir por garantir uma quantidade mínima de comida para alimentar todos os seus membros. Outros 12,7% estavam em situação de insegurança alimentar moderada por terem reduzido a quantidade e mudado o padrão alimentar devido à carência de comida entre as pessoas adultas. E 15% dos domicílios foram acometidos por grave insegurança alimentar, que indica a redução na quantidade e alteração significativa no padrão de alimentação familiar, inclusive entre as crianças. Nesses casos graves, parte das famílias relataram que passaram fome em diferentes momentos durante a Pandemia (GALINDO *et al.*, 2021).



Os pesquisadores assinalaram, portanto, que a crise sanitária agravou a crise política e econômica que o Brasil já vinha enfrentando nos últimos anos, onde as desigualdades sociais seguem refletindo diretamente, não apenas na qualidade dos alimentos alcançados pela população em geral, mas também na quantidade de comida que chega no prato dos brasileiros.

Outros estudos realizados ao longo dos anos de 2020 e 2021 têm demonstrado dados sobre as consequências sociais da Pandemia de Covid-19 no Brasil com o agravamento da insegurança alimentar da população brasileira, sendo um processo que já estava em curso desde 2016 (BERNARDES *et al.*, 2021; CRUZ, 2020; RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020; SIPIONI *et al.*, 2020). Essas pesquisas corroboram com a grave constatação do aumento da miséria no país, o que Sipioni *et al.* (2020, p.04) tratam como “a sua face mais cruel, desumana e humilhante, desafiando nossos valores, nossa resiliência e nossa humanidade: a fome”.

Por outra perspectiva produtiva, tem-se a agricultura de base familiar, que lutou ao longo das décadas e segue lutando por reconhecimento, e começa a ganhar mais visibilidade no cenário e na agenda política nacional somente a partir da década de 1990, com a intensificação das críticas sociais e ambientais direcionadas à agricultura empresarial exportadora e à exploração latifundiária que foram sempre privilegiadas pelo Estado brasileiro (MEDEIROS, 2010; SABOURIN, 2014).

De acordo com a Lei 11.326 de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, emprega parte da mão de obra da própria família, tem pouco mais da metade da renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento é realizado pela própria família (BRASIL, 2006). Ainda de acordo com a mesma legislação, enquadram-se na referida categoria os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades tradicionais como ribeirinhos, quilombolas etc.

A agricultura familiar torna-se, nesta seara, parte importante do cotidiano nutricional e alimentar brasileiro, pois apesar de ocupar somente 23% das terras agricultáveis do país, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Censo Agropecuário realizado no ano de 2017 afirmam que essa categoria e seus colaboradores são responsáveis pela produção de grande parte de alimentos consumidos no dia a dia da nossa população como mandioca (69,6%), banana (48,5%) café (37,8%), alface (64,4%), pimentão (70,8%), feijão (23,1%), carne de aves (45,5%), carne suína (51,4%), carne bovina (31%), dentre outros (IBGE, 2017).

Analisando os efeitos da Pandemia de Covid-19 sobre os pequenos agricultores de diferentes regiões do Brasil, Futemma *et al.* (2021) constataram que a categoria foi consideravelmente impactada pelo surto mundial. Além das lamentáveis mortes e adoecimentos, os autores destacaram que nos primeiros meses que se seguiram após as medidas de distanciamento social recomendadas como prevenção para Pandemia ao longo de 2020, os agricultores familiares enfrentaram graves problemas em relação à comercialização de seus produtos. Inclusive, afirmam que nesse período, foi mais difícil vender do que produzir, apesar do aumento no preço de insumos e serviços, especialmente os que são tem cotação internacional em dólar.

Isso se deu, principalmente, porque parte das famílias agricultoras, que por vezes moram e trabalham em áreas rurais distantes de grandes centros urbanos, mantinham relações comerciais que demandavam contato direto com seus clientes. Porém, ao decorrer do tempo e a manutenção das medidas de distanciamento social, muitos agricultores foram se adaptando às diferentes formas de negociação para escoar seus produtos. Os referidos autores salientaram que os celulares e *smartphones* foram amplamente utilizados para transações comerciais, especialmente através do aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*.

Neste mesmo estudo, Futemma *et al.* (2021) evidenciaram a relevância socioeconômica das políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os créditos bancários destinados ao custeio e investimento de atividades rurais para os pequenos agricultores durante o período de Pandemia. No entanto, os autores frisaram que a burocracia e lentidão do Estado em iniciar as intervenções por meio dessas políticas públicas fizeram com que muitos agricultores passassem por diversas atribuições durante a pandemia.

Em suma, em face dos infortúnios políticos, gerenciais e suas sequelas socioeconômicas, assim como tem sido percebido por parte da sociedade civil, a pesquisa de Futemma *et al.* (2021) reconheceu a importância dos diferentes movimentos sociais e demais coletivos formais e informais de agricultores e trabalhadores rurais que permitiram mitigar parte dos problemas enfrentados pela população rural brasileira, relatando ações de solidariedade que ampliaram e diversificaram o acesso destes sujeitos aos mercados físicos e virtuais, assim como as trocas e doações de alimentos que ampararam as famílias mais vulnerabilizadas.

5. Considerações Finais

A forma com que o Estado conduziu as políticas vinculadas aos ciclos de desenvolvimento do país nos últimos cem anos demonstra-se um importante aparato de análise para compreender uma parte das contradições e desigualdades geradas pelo privilégio dado às grandes propriedades rurais e ao agronegócio em detrimento da produção de base familiar.

Neste trágico período de adoecimentos e mortes causadas pela transmissão mundial de Covid-19, o agronegócio brasileiro bateu recordes de produção agropecuária e exportação, e a miséria e a fome se agravaram no país. E os agricultores familiares, que atendem parte importante das demandas do mercado interno de alimentos, sofreram maior impacto socioeconômico no meio rural.

Vale também ponderar que, dentre as graves crises sociais e ambientais decorrentes da direção tomada pela política agrícola do Brasil nas últimas décadas, a destruição do meio ambiente e o agravamento de conflitos no meio rural influenciam diretamente a produção de alimentos no país.

A partir da pressão do agronegócio sobre a expansão das regiões de fronteiras agrícolas, tem sido constatado o aumento de queimadas, desmatamento, invasões e expulsões nas regiões do Cerrado, Pantanal e Amazônia, que ocorrem desde a colonização, passando pela Revolução Verde, mas que tem se acelerado nos últimos anos e agravado consideravelmente as disputas e morte de pessoas nos territórios rurais.

Por fim, coube ainda uma análise dos dados que tratam dos elevados índices de produção e exportação de alimentos pelo Brasil, em choque com as pesquisas que indicam o aumento da miséria e da fome no país. Com isso, há ainda muito o que se reivindicar e planejar políticas públicas sobre segurança e soberania nutricional e alimentar do país, ou seja, o direito básico de ter comida em quantidade e qualidade adequadas diariamente no prato do brasileiro.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. Brasiliense; 2017.

AHMED, Selenia; DOWNS, Shauna; FANZO, Jessica. Advancing an integrative framework to evaluate sustainability in national dietary guidelines. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 3, p. 76, 2019.

ALVIM, Daniel Horta. **Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988**, 2016.

AQUINO, Estela ML *et al.* Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

BERNARDES, Milena Serenini *et al.* (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **Inter American Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos *et al.* Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Seção 1. 2010. Pág.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htmAcesso em: 14 agosto 2022.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed. – **Brasília : ministério da saúde**, 2014.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 14 agosto 2022. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Poder Executivo, Brasília-DF, p.1, 25 jul. 2006 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: Acesso em 08 Agosto 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A construção política do Brasil [The political construction of Brazil]. **São Paulo: Editora**, v. 34, 2015.

CASTRO, César Nunes de. **Desenvolvimento rural e o Estado brasileiro**. 2019.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento. Produção de grãos tem previsão de aumento de 5,7%, chegando a 271,7 milhões de ton.** Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3989-producao-de-graos-tem-previsao-de-aumento-de-5-7-chegando-a-271-7-milhoes-de-toneladas>. Acessado em: 08 Agosto 2022.

CONTINI, E.; ARAGÃO, A. O Agro Brasileiro alimenta 800 milhões de pessoas. **[Brasília: SIRE: Embrapa]**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/39qLgEQ>. Acesso em: 14 agosto 2022.

CRUZ, Samyra Rodrigues da. Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 9, n. 2, 2020.

DIBAL, P. C. **A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso Jair Bolsonaro**. Mestrado (Dissertação). Universidade Federal da Bahia. Pós-graduação em Ciências Sociais, 2018,

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. PNATER (2004-2014): da concepção à materialização. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, v. 1, p. 107-128, 2015.

EMBRAPA. **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em 14 agosto 2022.

FAVARETO, Arilson. V COLÓQUIO Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2017, [S.I.: s.n.], 1 vídeo. **Publicado pelo canal Rede Multivídeos SEAD-UFRGS**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z42ibHT6Ap4>. Acesso em: 24 out. 2022.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. Edições Loyola, 1985.

FUTEMMA, Celia *et al.* A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 16, 2021.

GALINDO, Eryka *et al.* **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. 2021.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de epidemiologia**. 2ed. A, v. 398, p. 1-377, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 10 agosto. 2022.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **“Consea permanece extinto após a manutenção do veto de Bolsonaro”**. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>. Acessa em 12 agosto 2021. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **“Extinção do Consea”**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea>. Acesso em 12 agosto 2022. 2019.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Vozes, 2016.

LEME, Adriana Salay. **Pesquisas alimentares dentro do projeto da nação Brasil: IBGE e o ENDEF (1974/1975)**. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. **Las agriculturas familiares del MERCOSUR**, p. 131, 2010.

NETO, Meireles *et al.* Uma análise política do governo temer sob a perspectiva neoliberal e a teoria crítica de Noam Chomsky. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. julho, 2019.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. Violence and social orders. **Journal of Democracy**, v. 20, n. 1, p. 1-16, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei SD. O Brasil sem miséria e as mudanças no desenho da Bolsa Família. Campello T, Falcão T, Costa PV, organizadores. **O Brasil sem miséria. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, p. 747-61, 2014.

OXFAM, Brasil. **Estudo da Oxfam analisa a distribuição de terras na América Latina, que lidera o ranking da desigualdade no campo**. 2019. Disponível em: <https://oxfam.org.br/projetos/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>. Acesso em: 09 agosto 2022.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2017.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, vol. 16, no. 2, 2008: 151-184.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. **Seminário sobre Agricultura Familiar Brasileira**. Brasília: MDA, 2014.

SABOURIN, Eric. **Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina**. 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, José Elson da Silva dos. Direito à alimentação no Brasil: limites do combate à fome. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, 2021.

SIPIONI, M. E. et al. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. **SciELO Preprints**, p.1–21, 2020.



61º Congresso da
SOBER
Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

**AGROPECUÁRIA
DO FUTURO**
Tecnologia, Sustentabilidade e
a Segurança Alimentar

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 13-30, 2016.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 11, p. 259-277, 2004.